

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 31 de março de 2025 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## Folha de Londrina Online | BR-PR

Marco regulatório | INPI

UEL sobe 29 posições no ranking de depósitos de patentes do INPI .....	3
ECONOMIA E NEGÓCIOS   REPORTAGEM LOCAL	

## Jota Info | BR

31 de março de 2025 | Arbitragem e Mediação

Negócios jurídicos processuais: o que pode e o que não pode ser negociado? .....	6
RICARDO QUASS DUARTE	

# UEL sobe 29 posições no ranking de depósitos de patentes do INPI

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Universidade londrinense é a terceira estadual do país com maior número de solicitações em análise. Entre os anos de 2017 e 2023, a Universidade Estadual de Londrina subiu 29 posições no Ranking de Depositantes de registros de patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), passando para a 12ª posição entre as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras com pedidos em análise. Entre as estaduais do País, a UEL é a terceira com o maior número de pedidos. Os dados foram divulgados na sexta-feira (29), em cerimônia de "Entrega das Cartas Patente Obtidas no Ano de 2024", evento que simboliza a efetivação da posse dos registros de patente concedidos pelo Instituto Nacional a pesquisadores da UEL.

O encontro foi realizado pela Agência de **Inovação Tecnológica** (Aintec) por meio do seu Escritório de **Propriedade** Intelectual (EPI), com a participação dos inventores e representantes dos 12 inventos contemplados com as cartas.

Segundo o coordenador do EPI, Diego Jovino Luduvério, a produtividade vem aumentando ao longo dos anos, seja no apoio à confecção de patentes, desenhos industriais, marcas, softwares, entre outros serviços que a Aintec presta, não só à comunidade in-

terna, como a externa.

Ele informou que, em 2003, a Aintec contabilizou dois pedidos (depósitos) de registro de patentes, ao passo que atualmente o número encontra-se em 388 registros ativos, sendo 68% deles relativos a patentes e cerca de 20% aos de registros de marcas.

O coordenador do EPI detalhou que no Ranking de Depositantes do **INPI**, a universidade saltou da 41ª posição em 2017, com 11 pedidos, para a 12ª posição em 2023 (ranking mais atual do **INPI**), contabilizando 33 pedidos. Nesse mesmo ranking, atualmente a UEL é a mais bem colocada entre as universidades estaduais paranaenses e fica na terceira colocação entre as universidades estaduais brasileiras.

Em 2025, o EPI já contabiliza oito pedidos de patente e cinco em redação. "O evento desta sexta é importante porque é a consolidação de um trabalho que é realizado há muitos anos pelo EPI e pela Aintec, e que agora é reconhecido com a Carta Patente", destacou Diego Jovino.

Para a reitora Marta Favaro, a cerimônia serve para dar visibilidade ao papel dos pesquisadores em buscar o que há de mais inovador em ciência e tecnologia em suas respectivas áreas de pesquisa. "A Universidade está comprometida em ampliar cada vez mais o que vocês fazem. E isso será possível, dentre outras ações e iniciativas, com a criação do nosso Parque Tecnológico, que trará toda a infraestrutura para que novas patentes sejam conquistadas", afirma.

## DOCUMENTO LEGAL

Segundo o **INPI**, carta patente é o documento legal que confere ao titular (depositante) direitos exclusivos de propriedade industrial sobre uma in-

Continuação: UEL sobe 29 posições no ranking de depósitos de patentes do INPI

venção. Ainda segundo o instituto, "possuir a patente de um produto significa ter o direito de impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar, sem o seu consentimento, o produto objeto de patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado". Na maioria das invenções que receberam a Carta Patente na cerimônia, a UEL é a titular da patente. Entretanto, em alguns casos, a titularidade é compartilhada com outras instituições.

## AS DOZE INVENÇÕES

### - COMPOSIÇÃO CONTENDO MÉIS DE ABELHAS EUROPEIA E INDÍGENAS COM ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

Inventores: Renata Katsuko Takayama Kobayashi / Gerson Nakazato / Sara Scandorieiro / Meiriele da Silva das Neves / Edson Aparecido Proni / Luciano Aparecido Panagio / Lucy Megumi Yamauchi Lioni / Sueli Fumie Yamada Ogatta / Victor Hugo Clébis / Erick kenji Nishio / Karla Carolina Paiva Bocate / Luis Eduardo de Souza Gazal

### - REVESTIMENTO POLIMÉRICO PARA USO EM SEMENTES VISANDO A VEICULAÇÃO DE MICRORGANISMOS BENÉFICOS AO CRESCIMENTO DA PLANTA E OUTROS INSUMOS

Inventores: Suzana Mali de Oliveira / André Luiz Martinez de Oliveira / Ana Elisa Stefani Vercelheze / Odair José Andrade Paes dos Santos

### - BIOPLÁSTICO: MATERIAL TERMOPLÁSTICO MOLDÁVEL A QUENTE

Inventores: André Luiz Martinez de Oliveira / Suzana Mali de Oliveira / Fábio Yamashita / Amanda Aleixo Moreira / Fabíola Azanha de Carvalho / Ana Paula Bilck

### - VIGOTAS PRÉ-FABRICADAS DE BAMBU-CONCRETO (ZERO AÇO) PARA LAJES

Inventores: Gilberto Carbonari / Lucas Augusto Milani Lopes

### - SENSOR ELETROQUÍMICO BASEADO EM CARBON BLACK E BOTRIOSFERANA CARBOXIMETILADA, PROCESSO PARA A OBTENÇÃO E APLICAÇÃO NA DETERMINAÇÃO INDIVIDUAL E SIMULTÂNEA DE DOPAMINA E PARACETAMOL EM MATRIZ BIOLÓGICA E FARMACÊUTICA

Inventores: Elen Juciléia Romão Sartori / Ana Paula Pires Eisele / Camila Farinha Valezi / Robert Frans Huibert Dekker / Aneli de Melo Barbosa Dekker

### - APLICAÇÃO DO SPIN TRAP N-T-BUTYL-A-PHENYLNITRONE (PBN) PARA ANÁLISE DO PROCESSO OXIDATIVO DE BIODIESEL PARTIR DA DETERMINAÇÃO DE RADICAIS LIVRES VIA RESSONÂNCIA PARAMAGNÉTICA ELETRÔNICA

Inventores: Ana Carolina Gomes Mantovani / Letícia Thaís Chendynski / Aroldo Salviato / Dionísio Borsato / Eduardo di Mauro

### - APLICAÇÃO DE SOFOROLIPÍDIO PARA REDUÇÃO DE CONTAMINAÇÃO DE AERÓBIOS MESÓFILOS EM CORTES DE FRANGO

Inventores: Maria Antonia Pedrine Colabone Celigoi / Christiane Aparecida Urzedo Queiroz Freitas / Victoria Akemi Itakura Silveira / Mayka Reghiany Pedrão / Alexandre Rodrigo Coelho / Amanda Hipólito / Nicole Caldas Pan

### - BEBIDA PROBIÓTICA DE LICHIA E SEU PROCESSO DE PRODUÇÃO

Inventores: Marcela Moreira Terhaag / Sandra Helena Prudêncio / Sandra Garcia

### - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM BIOSENSOR ELETROQUÍMICO EXPLORANDO

Continuação: UEL sobe 29 posições no ranking de depósitos de patentes do INPI

## IMOBILIZAÇÃO ENZIMÁTICA EM SOLUÇÃO AQUOSA COM BIOMATERIAIS DE BOUTRYOSPHERIA RHODINA E APLICAÇÃO ANALÍTICA

Inventores: Aneli de Melo Barbosa Dekker / Adriana Gomes / Elen Julciléia Romão Sartori / Gabriel Junqueti Mattos / Robert Frans Huibert Dekker / Tatiane Mazziero

## - QUERCETINA MICROENCAPSULADA COM BIOPOLÍMEROS, EM FORMULAÇÃO TÓPICA PARA TRATAMENTO DE FOTOENVELHECIMENTO E FOTO CARCINOGENESE

Inventores: Camila da Rocha / David Laios do Vale / Marcela Maria Baracat / Natália Sfeir / Renata Micheli Martinez / Rubia Casagrande / Sandra Regina Georgetti / Waldiceu Aparecido Verri Junior

## - PROCESSO DE SÍNTESE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA UTILIZANDO EXTRATO AQUOSO FOLIAR DE BANANEIRA (MUSA X PARADISIACA L.) COM ATIVIDADES ANTIBACTERIANA,

## ANTIFUNGICA E VIRUCIDA

Inventores: Gerson Nakazato / Renata Katsuko Takayama Kobayashi / Juliana Moço Corrêa / Fabiana Gisele da Silva Pinto / Debora Marina Bandeira / Larissa Valéria Laskoski / Joelma Marques Batista

## - ACHOCOLATADO EM PÓ SIMBIÓTICO ADICIONADO DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS E DE FRUTO-OLIGOSSACARÍDEOS DE BACILLUS SUBTILIS NATTO

Inventores: Maria Antonia Pedrine Colabone Celigoi / Agnes Izumi Nagshima / Fernanda Zaratini Vissotto / Izabela Dutra Alvim / Agnes Magri / Raul Jorge Hernan Castro Gomez / Nicole Caldas Pan

(Com informações da Agência UEL)

Folha De LondrinaFoto

## Negócios jurídicos processuais: o que pode e o que não pode ser negociado?



O Código de Processo Civil de 2015 (Lei 13.105/2015 - CPC 15) trouxe a possibilidade de as partes firmarem negócios jurídicos processuais, nas demandas que admitem autocomposição, para "**estipular** mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo" (art. 190).

Essa novidade foi bastante festejada pela doutrina processual. Afinal, ela permitiria flexibilizar o procedimento rígido que vigia no sistema anterior, adaptando-o em conformidade com o que as partes julgassem mais conveniente para resolver a disputa. Aludiu-se, à época, que o processo judicial se aproximaria da **arbitragem**, na qual as partes são livres para fixar as regras do procedimento.

Mas, passados dez anos da promulgação do CPC 15, será que o negócio jurídico processual tem sido efetivamente utilizado pelas partes? E, nos casos em que foi celebrado, os tribunais têm validado as alterações pactuadas pelas partes? A impressão que temos é de que a resposta a ambas as perguntas é negativa.

São raros os contratos que contêm negócios jurídicos processuais distintos daqueles previstos expressamente no texto legal. E são raras as hipóteses em que as partes, no "calor" da disputa, dialogam e pactuam alterações no procedimento. Além disso, se o negócio jurídico impõe alguma alteração muito sig-

nificativa ouarrojada, a jurisprudência tende a lhe negar eficácia.

De certa forma, o CPC anterior já autorizava algumas modalidades de negócio jurídico processual, como cláusulas de eleição de foro, convenções para suspensão do processo e até mesmo para redução ou prorrogação de prazos. No entanto, o art. 182 do CPC 73 estabelecia ser defeso às partes reduzir ou prorrogar prazos peremptórios, "ainda que todas estejam de acordo". Esses são os chamados negócios jurídicos processuais "**típicos**", entendidos como as situações processuais em que a lei expressamente dá autonomia de alteração à parte.

Dada a generalidade da redação do art. 190, o CPC 15 passou a autorizar os chamados negócios jurídicos processuais "**atípicos**", com a criação de regras e alterações procedimentais que não estão previstas em lei, e que são fruto da criatividade das partes. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu a possibilidade de "**celebração** de negócios processuais não especificados na legislação, isto é, atípicos".[1]

Outra novidade foi a "calendarização" do procedimento, isto é, a possibilidade de as partes, de comum acordo, fixar calendário para a prática dos atos processuais (art. 191, CPC 15). Embora o §1º estabeleça que "o calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados", na prática, os prazos para o juiz continuam sendo "impróprios", pois não há penalidade em caso de não cumprimento.

Vale lembrar que o art. 226 do CPC 15 estabelece que o juiz proferirá despachos no prazo de 5 dias, decisões interlocutórias em 10 dias e sentenças em 30 dias. Esse dispositivo não passa de **utopia** do legislador, pois, na prática, como é sabido, esses prazos não são respeitados.

Continuação: Negócios jurídicos processuais: o que pode e o que não pode ser negociado?

O legislador estabeleceu que o magistrado recusará a aplicação do negócio jurídico processual nos casos de nulidade, de inserção abusiva em contrato de adesão, ou em que uma das partes se encontrar em situação de vulnerabilidade. Como não há um rol dos negócios jurídicos processuais **proibidos**, cabe à jurisprudência avaliar, caso a caso, o que pode ou não ser pactuado.

O STJ já esclareceu que "**a** modificação do procedimento convencionada entre as partes por meio do negócio jurídico sujeita-se a limites, dentre os quais ressaí o requisito negativo de não dispor sobre a situação jurídica do magistrado"[2]. O TJSP também reconheceu a "**impossibilidade** de convenção relacionada a normas de ordem pública e de aplicação cogente, a exemplo de pressupostos de existência e validade do processo", bem como a vedação a se convencionar sobre "**atos**, poderes e deveres do julgador".[3] Em outra oportunidade, o TJSP assentou que o negócio jurídico processual "**não** pode violar normas fundamentais ou garantias constitucionais do processo".[4]

Diante dessas diretivas, constata-se ser muito amplo o espectro de discricionariedade que o juiz tem para barrar negócios jurídicos processuais. Afinal, dentro de conceitos tão abrangentes, como "ordem pública", "aplicação cogente", "situação jurídica do magistrado" e "normas fundamentais ou garantias constitucionais do processo", cabe muita coisa.

Analisando-se a jurisprudência sobre negócios jurídicos processuais, constatamos uma tendência mais **restritiva** do que **permissiva**, como evidenciam os seguintes julgados: (i) REsp nº 1.810.444/SP (STJ); (ii) REsp nº 2.165.124/DF (STJ); (iii) AI nº 1.0000.21.078077-1/001 (Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG); (iv) AI nº 1.0000.21.192474-1/001 (TJMG); (v) AI nº 2281669- 96.2019.8.26.0000 (TJSP); (vi) AI nº 20307 04-64.2020.8.26.0000 (TJSP).

No primeiro julgado, o STJ afastou negócio jurídico

processual previsto em contrato de compra e venda de equipamentos, que estabelecida que, em caso de inadimplemento, haveria o bloqueio de ativos financeiros para fins de arresto e penhora, em caráter **inaudita** altera parte e sem necessidade de se prestar garantia. O STJ entendeu que o negócio impedia que os litigantes fossem ouvidos paritariamente no processo, em "**igualdade** de condições, deduzindo pretensões e defesas, bem como produzindo provas."[5]

No segundo julgado, o STJ analisou se seria possível suspender execução de título extrajudicial até o cumprimento integral de transação, realizada antes da citação do executado e na qual as partes concordaram com o sobrestamento do feito até o cumprimento do acordo. O STJ expôs que a simples notícia de acordo não implicaria suspensão automática do processo, salvo se houvesse no acordo a celebração de negócio jurídico processual específico do sobrestamento do processo.[6]

No terceiro julgado, o TJMG analisou a possibilidade de as partes firmarem negócio jurídico processual para pré-fixar o percentual dos honorários de sucumbência em caso de futuro litígio, e concluiu que a fixação de honorários é prerrogativa do juiz, reputando-se descabida qualquer convenção das partes em sentido contrário.[7]

No quarto caso destacado, a Corte Mineira rechaçou a iniciativa das partes de estabelecerem outras formas de citação além daquelas previstas na legislação, não cancelando a citação via WhatsApp.[8]

No quinto julgado, a Corte Paulista afastou negócio que previa que as citações judiciais seriam feitas por carta simples, enviada pelos Correios, sem aviso de recebimento (e, portanto, dispensando-se a assinatura do réu). O TJSP entendeu que a citação é ato indispensável para a validade do processo e deve estar revestida de todas as formalidades legais.[9]

No sexto, o TJSP analisou a possibilidade de as partes pactuarem que os processos tramitariam em segredo

Continuação: Negócios jurídicos processuais: o que pode e o que não pode ser negociado?

de justiça e entendeu que tal acordo não poderia ser respeitado pelo Poder Judiciário porque "a regra geral da publicidade dos atos processuais, estabelecida na Constituição Federal (art. 5º, LX e art. 93, IX), só pode ser afastada em hipóteses excepcionais".[10]

Apesar da tendência de *minar* os negócios jurídicos processuais, em especial os *atípicos*, encontram-se na jurisprudência alguns exemplos do que tem sido autorizado, como dispensa da realização de outras provas,[11] ingresso de seguradora como corré no curso do processo,[12] delimitação do escopo da prova[13] e suspensão do processo.[14]

Há alguns julgados da Corte Paulista autorizando a pactuação de arresto cautelar, independentemente do preenchimento dos seus requisitos.[15] A propósito, esse parece ser o caso mais frequente de negócio jurídico processual estipulado em contrato. No entanto, a vasta maioria da jurisprudência do TJSP tem reconhecido a sua nulidade, na linha do que decidiu o STJ no REsp nº 1.810.444-SP, acima comentado.

Em conclusão, verifica-se uma tendência da jurisprudência de aprovar apenas os negócios jurídicos processuais *típicos*, ou que não propiciem grandes alterações procedimentais. Apesar da aparente liberdade conferida pelo art. 190 do CPC 15, a jurisprudência tem sido refratária em aceitar negócios jurídicos processuais *atípicos* e mais arrojados.

[1] STJ, REsp 1.738.656/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 03.12.2019.

[2] STJ, REsp 1.810.44/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. 23.02.2021.

[3] TJSP, AI 2143515-35.2018.8.26.0000, Rel. Des.

Sá Moreira de Oliveira, 33ª Câ. Direito Privado, j. 13.08.2018.

[4] TJSP, ED 2135691-83.2022.8.26.0000, Rel. Des. Sandra Galhardo Esteves, 12ª Câ. Direito Privado, j. 07.10.2022.

[5] STJ, REsp n. 1.810.444/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, j. 23.02.2021.

[6] REsp n. 2.165.124/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, j. 15.10.2024.

[7] TJMG, AI -Cv 1.0000.21.078077-1/001, Rel. Des. Antônio Bispo, 15ª Câ. Cível, j. 23.09.2021.

[8] TJMG, AI -Cv 1.0000.21.192474-1/001, Rel. Des. Roberto Vasconcellos, 17ª Câ. Cível, j. 07.04.2022.

[9] TJSP, AI nº 2281669-96.2019.8.26.0000, Rel. Des. Almeida Sampaio, 25ª Câ. de Direito Privado, j. 28.01.2021.

[10] TJSP, AI nº 2030704-64.2020.8.26.0000, Rel. Des. Cesar Ciampolini, 1ª Câ. Reservada de Direito Empresarial, j. 20.08.2020.

[11] TJSP, AI nº 2259689-54.2023.8.26.0000, Rel. Des. Roberto Mac Cracken, 22ª Câ. de Direito Privado, j. 23.11.2023.

[12] TJSP, AI nº 2047346-44.2022.8.26.0000, Rel. Des. Rogério Murillo Pereira Cimino, 27ª Câ. de Direito Privado, j. 08.06.2022.

[13] TJSP, AI nº 2060247-73.2024.8.26.0000, Rel. Des. Maurício Pessoa, 2ª Câ. Reservada de Direito Empresarial, j. 17.07.2024.



Continuação: Negócios jurídicos processuais: o que pode e o que não pode ser negociado?

[14] TJSP, AI nº 2115273-90.2023.8.26.0000, Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia, 1ª Câm. de Direito Público, j. 03.10.2023.

millio de Almeida Prado Costa, 19ª Câm. de Direito Privado, j. 05.02.2025.

[15] TJSP, AI nº 2299893-09.2024.8.26.0000, Rel. Des. Sergio Gomes, 18ª Câmara de Direito Privado, j. 08.01.2025; e TJSP, AI nº 2012563-21.2025.8.26.0000, Rel. Des. João Ca-

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual  
3

**Inovação**  
3

**Marco** regulatório | INPI  
3

**Arbitragem** e Mediação  
6